

▪ **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

ILMO SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

Ass.: RAZÕES DO RECURSO no Pregão nº 20/2023

Y S DIAS COMERCIO DE PAPELARIA - ME, vem, pelo seu representante legal, apresentar as razões de recurso contra a habilitação do licitante, pelos seguintes fatos e fundamentos jurídicos.

I - DO CABIMENTO DESTE RECURSO

Trata-se de recurso que a ora Recorrente apresenta contra o resultado anunciado e à luz das considerações enunciadas no tópico seguinte, e que se assenta na regra prevista na Lei de Licitações (8.666), em cujo art. 109 se estabelece que:

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - DAS RAZÕES DESTE RECURSO, A DEMONSTRAR A ILEGITIMIDADE DO RESULTADO UMA VEZ QUE ESTA RECORRENTE FORA INDEVIDAMENTE INABILITADA SEM AO MENOS SER CONVOCADA.

A ora Recorrente organizou-se documentalmente para participar do certame da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA, que anunciou por intermédio de seu Edital, que realizaria licitação na modalidade PREGÃO de n. 20/2023, "com a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de roupa de cama e banho para atender o Abrigo Raio De Sol, Centro Dia do Idoso e o Lar Dos Idosos da Secretaria Municipal De Desenvolvimento Social, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. 1.2 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. 1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto."

Ocorre que no que tange o item 03. A recorrente fora 1ª Colocada no referido item para Conjunto de Banho, sendo que fomos inabilitados, tendo nosso direito de enviar proposta Cerceado, sem ao menos ser convocada para sanar qualquer dúvida deste Pregoeiro.

De início, lembramos que a existência de mais de um item, concomitante às apresentações de propostas por diversas empresas, representa um grande trabalho e desafio, no que tange a manutenção do estrito cumprimento do edital e seus anexos. Isto posto, é factível que haja situações de difícil percepção durante as fases do pregão eletrônico, quais sejam, do recebimento das propostas à aceitação da proposta e habilitação da proposta. Ou seja, é possível que algum detalhe que inabilite ou desclassifique uma empresa acabe passando despercebido, o que é o caso referente a este item.

Explicamos adiante:

Tamanha injustiça para com este Recorrente que, passou despercebido, as documentações exigidas no item 11.10.2 do edital está na nossa pasta documentação enviada antes do pregão iniciar com o nome de: A - 1 OFICIO, B - 2 OFICIO, C - 3 OFICIO e D - 4 OFICIO.

Segundo o entendimento do TCU no Acórdão 2302/2012 - Plenário: "Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou as concorrentes, serem sanados mediante diligência."

Logo, não se pode recusar a proposta desta licitante tendo apresentado o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal e material, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes, inclusive se fosse solicitado, a mesma prontamente iria disponibilizar a documentação exigida o que causou a inabilitação desta licitante o item 11.10.2 e item 11.10.4, não restando qualquer dúvida.

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Por certo, e é da essência do processo licitatório, que todas as partes interessadas a concorrer ao objeto licitado, devem ser tratadas de maneira equivalente, onde direitos e obrigações sejam concedidos a todos indistintamente, mormente em casos de vinculação ao instrumento. Essa é a determinação constitucional (art. 37, XXI,) e legal (art. 3º, Lei 8666/93 e art. 5º do Decreto 5450/05).

A não convocação da Recorrente, fere frontalmente os princípios da isonomia e julgamento objetivo. Nesse sentido:

O mestre MARÇAL JUSTEN FILHO in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8. ed. São Paulo: Dialética, 2002, discorrendo sobre o tema, expõe que 'a tutela à isonomia se transformou em fim em si mesmo, olvidando-se que a maior vantagem para a Administração também se traduz em benefícios para todos os

Integrantes da comunidade.

PELO exposto, requer o recebimento destas razões para, num primeiro, pleitear a reconsideração da decisão pelo Pregoeiro e, caso assim não entenda, a remessa deste à autoridade superior para que reforme a decisão que Inabilitou a Recorrente:

a) Reconhecendo a Inabilitação Indevida da Recorrente.

YAN SIMAO DIAS
ADMINISTRADOR

Fechar



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Recorrente: Y S DIAS COMERCIO DE PAPELARIA - ME

Referente ao Processo nº 11.516/2023

Pregão Eletrônico nº 020/2023

Trata-se de **RECURSO** contra decisão de inabilitação perante o Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2023, interposto pela empresa **Y S DIS COMERCIO DE PAPELARIA - ME** inscrita no CNPJ sob o nº 36.310.930/0001-99, com sede na Rua Apucarana, nº 11 – Magalhães de Bastos – Rio de Janeiro - RJ CEP 21735-040 neste ato representado por seu representante legal.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I (...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 22/12/2023, conforme extrato publicado no Diário Oficial do Município, no dia 11/12/2023 encerrando-se na mesma data. Assim, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entroposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

III. DA ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 11.516/2023 referente ao pregão eletrônico para AQUISIÇÃO DE ROUPA DE CAMA E BANHO PARA ATENDER O ABRIGO RAI DE SOL, CENTRO DIA DO IDOSO E O LAR DOS IDOSOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL nas condições estabelecidas pelo Edital e no Termo de Referência.

Antes de darmos prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 3º da Lei 8.666/93, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Informo que na análise do mérito do presente recurso apresentado, temos que o cerne da questão é a reconsideração da decisão que inabilitou a proposta da recorrente, conforme motivado em ata de certame: *“Licitante não cumpriu o item 11.10.2 (Certidão dos Cartórios da Comarca ou declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios) e item 11.10.4 (certidão de habilitação profissional).”*



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

IV - DOS PEDIDO DA RECORRENTE

Alega, resumidamente, e após requer que:

PELO exposto, requer o recebimento destas razões para, num primeiro, pleitear a reconsideração da decisão pelo Pregoeiro e, caso assim não entenda, a remessa deste à autoridade superior para que reforme a decisão que Inabilitou a Recorrente:

a) Reconhecendo a Inabilitação Indevida da Recorrente.

V. DA MANIFESTAÇÃO DE ANÁLISE DO RECURSO

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“Ocorre que no que tange o item 03. A recorrente fora 1ª Colocada no referido item para Conjunto de Banho, sendo que fomos inabilitados, tendo nosso direito de enviar proposta Cerceado, sem ao menos ser convocada para sanar qualquer dúvida deste Pregoeiro.

[...]

Tamanha injustiça para com este Recorrente que, passou despercebido, as documentações exigidas no item 11.10.2 do edital está na nossa pasta documentação enviada antes do pregão iniciar com o nome de: A - 1 OFICIO, B - 2 OFICIO, C - 3 OFICIO e D - 4 OFICIO.

Segundo o entendimento do TCU no Acórdão 2302/2012 - Plenário: “Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou as concorrentes, serem sanados mediante diligência.”

Logo, não se pode recusar a proposta desta licitante tendo apresentado o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal e material, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes., inclusive se fosse solicitado, a mesma prontamente iria disponibilizar a documentação exigida o que causou a inabilitação desta licitante o item 11.10.2 e item 11.10.4, não restando qualquer dúvida.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Por certo, e é da essência do processo licitatório, que todas as partes interessadas a concorrer ao objeto licitado, devem ser tratadas de maneira equivalente, onde direitos e obrigações sejam concedidos a todos indistintamente, mormente em casos de vinculação ao instrumento. Essa é a determinação constitucional (art. 37, XXI,) e legal (art. 3º, Lei 8666/93 e art. 5º do Decreto 5450/05).

A não convocação da Recorrente, fere frontalmente os princípios da isonomia e julgamento objetivo.”

Resposta ao Recorrente:

A legislação brasileira estabelece diretrizes específicas para a realização de licitações públicas, com o objetivo de assegurar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Nesse sentido, as leis 8.666/93 e 10.520/2002, juntamente com o decreto 10.024/2019, estabelecem a necessidade de se realizar um julgamento objetivo durante o processo licitatório, fundamentado nos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

O julgamento objetivo consiste em analisar e comparar as propostas apresentadas pelos licitantes de forma imparcial e em conformidade com os critérios previamente estabelecidos no edital. Esse processo tem o intuito de garantir a igualdade de oportunidades entre todos os participantes e de evitar qualquer tipo de favorecimento ou discriminação durante o certame.

A lei 8.666/93, também conhecida como a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece em seu artigo 3º os princípios que devem ser observados na realização de licitações. Dentre eles, destacam-se a isonomia, a legalidade, a impessoalidade, a publicidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. O princípio da isonomia, em particular, está diretamente relacionado ao julgamento objetivo, uma vez que exige tratamento igualitário a todos os interessados, garantindo a todos a mesma oportunidade de participar da licitação.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Por sua vez, a vinculação ao edital é um aspecto essencial em processos de licitação, pois garante que todos os participantes estejam cientes e concordem com as regras estabelecidas. No caso do pregão, regulamentado pela Lei 10.520, os critérios de vinculação ao edital são de suma relevância para garantir a transparência e a imparcialidade no processo de julgamento.

Já o decreto 10.024/2019 regulamenta o pregão eletrônico, modalidade que tem se destacado pela maior transparência e participação de interessados. O decreto reforça a importância do julgamento objetivo ao estabelecer regras claras sobre a divulgação das etapas do pregão, a abertura e a análise das propostas, a possibilidade de negociação com os licitantes, entre outros aspectos.

Diante disso, o julgamento objetivo em uma licitação é indispensável para assegurar a lisura do processo e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Ao seguir as diretrizes estabelecidas nas leis 8.666/93 e 10.520/2002, bem como no decreto 10.024/2019, é possível garantir a igualdade de tratamento, a legalidade e a vinculação ao instrumento convocatório, evitando qualquer tipo de interferência ou desvio de finalidade. Dessa forma, os recursos públicos são empregados de maneira eficiente e a sociedade é beneficiada com a contratação de serviços e aquisição de bens de qualidade e pelo preço mais justo.

Os critérios de vinculação ao edital do pregão eletrônico estão previstos na Lei 10.520/12 e devem ser rigorosamente observados pelos participantes. É fundamental que os interessados leiam atentamente o edital, obtendo informações detalhadas sobre o objeto da licitação, prazos, documentos necessários, exigências técnicas, critérios de julgamento e demais requisitos.

A vinculação ao edital no pregão eletrônico é um compromisso assumido pelo licitante ao participar do processo, demonstrando sua concordância e aceitação das condições estabelecidas. O não cumprimento dos critérios de vinculação pode resultar na desclassificação do participante e na perda de oportunidade de vencer à licitação. Por isso, é crucial seguir à risca as determinações do edital.

No tocante ao julgamento no pregão eletrônico, a Lei também estabelece diretrizes claras a serem seguidas. O julgamento é realizado com base nos critérios estabelecidos no edital, que podem envolver fatores como preço, qualidade, prazos de entrega, capacidade técnica, entre outros.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

É importante ressaltar que a Lei 10.520 busca garantir a ampla competitividade no processo licitatório, buscando sempre a oferta mais vantajosa para a Administração Pública. Dessa forma, é fundamental que o julgamento seja conduzido de forma imparcial, pautado exclusivamente nos critérios previamente estabelecidos, evitando qualquer tipo de favorecimento ou direcionamento.

A inabilitação de um licitante que deixou de apresentar um documento solicitado no edital é de extrema importância para garantir a transparência e a igualdade de oportunidades entre os participantes do processo licitatório.

Quando a administração pública solicita determinados documentos no edital, tem como objetivo verificar se as empresas interessadas possuem capacidade técnica, financeira e jurídica para executar o contrato proposto. Esses documentos são de suma importância, pois permitem avaliar a idoneidade do licitante, sua capacidade de cumprir as obrigações estabelecidas e garantir a qualidade dos serviços ou produtos oferecidos.

Ao deixar de apresentar um documento solicitado, o licitante não cumpre com a exigência estabelecida no edital, o que pode comprometer a confiabilidade do processo licitatório. A apresentação dos documentos requeridos é uma forma de comprovação dos requisitos indispensáveis para participar da licitação, além de assegurar que todas as empresas interessadas estejam em igualdade de condições na disputa.

A atitude do pregoeiro em inabilitar um licitante que não apresentou um documento solicitado está alinhada com os princípios fundamentais da administração pública, tais como a impessoalidade e a igualdade. Ao agir dessa forma, o pregoeiro assegura a idoneidade e a eficiência do processo licitatório, evitando privilégios a empresas que não cumprem as exigências e garantindo que somente licitantes aptos a executar o contrato sejam admitidos na disputa.

Portanto, a inabilitação de um licitante que deixou de apresentar um documento solicitado no edital é uma medida fundamental para garantir a lisura e a transparência do processo licitatório, assegurando que somente empresas aptas e qualificadas participem da concorrência e que sejam selecionadas com base em critérios justos e claros.

O pregoeiro não pode juntar documentos de habilitação que deveriam constar anteriormente à abertura do certame porque isso violaria o princípio da isonomia e da competitividade, que são fundamentais nos processos licitatórios.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Quando um edital é publicado e o certame é aberto, todos os interessados têm o direito de participar em igualdade de condições. Isso significa que todas as informações e documentos necessários para comprovar a capacidade técnica, jurídica, econômico-financeira e regularidade fiscal do licitante devem ser apresentados no momento da inclusão da proposta em sistema, conforme as exigências do edital.

A inclusão de documentos de habilitação após a abertura do certame daria margem para que licitantes desclassificados por não atenderem aos critérios de habilitação inicialmente estabelecidos pudessem sanar irregularidades, prejudicando os demais concorrentes que cumpriram corretamente com todas as exigências.

Além disso, a etapa de julgamento de propostas e habilitação é um momento crítico do processo licitatório que deve ser realizado de forma clara e transparente, garantindo a lisura e a imparcialidade do certame. Qualquer inclusão posterior de documentos poderia gerar suspeitas de favorecimento ou manipulação no resultado do processo, comprometendo a idoneidade da licitação.

Portanto, é fundamental que todos os interessados cumpram as exigências e apresentem a documentação completa e correta no momento determinado pelo edital, sendo vedada a inclusão de documentos de habilitação posteriormente à abertura do certame.

Logo, os argumentos da recorrente “Logo, não se pode recusar a proposta desta licitante tendo apresentado o menor preço, parece-me que ofenderia os princípios da razoabilidade e da economicidade desclassificar a proposta mais vantajosa e exequível por um erro que, além de poder ser caracterizado como formal e material, também não prejudicou a análise do preço global de acordo com as normas pertinentes., inclusive se fosse solicitado, a mesma prontamente iria disponibilizar a documentação exigida o que causou a inabilitação desta licitante o item 11.10.2 e item 11.10.4” não merecem prosperar, pois como estabelece a própria Lei, *in verbis*:

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

(Art. 43, §3º Lei 8.666/93)



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

[...]

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.

(Decreto 10.024/2019)

Também esclareço que a recorrente foi inabilitada pelo não atendimento do item 11.10.2, onde alega que atendeu ao edital nos anexos: “A – 1 OFÍCIO”; “B – 2 OFÍCIO”; “C – 3 OFÍCIO” E “D – 4 OFÍCIO”, porém tais documentos se referem ao atendimento do item 11.10.1, diferente do que foi descumprido pela licitante. E ainda, não apresentou a certidão de habilitação exigida pelo item 11.10.4, que se incluída posteriormente, iria macular a isonomia do certame junto aos demais participantes.

VI. CONCLUSÃO

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito **nego-lhe provimento.**

Firmo que a recorrente **NÃO ASSISTE RAZÃO** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 020/2023.

Mantenho a decisão em julgar inabilitada a proposta da licitante **Y S DIAS**
COMERCIO DE PAPELARIA – ME.



PROCESSO Nº 15.398/2023

FLS. _____ RUBRICA _____

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, posteriormente à autoridade competente para ciência e decisão final relativa ao certame.

Saquarema, 10 de janeiro de 2024.


GUILHERME CASTRO
Pregoeiro

Guilherme V. e Castro
Diretor Adjunto de Licitação
Mat. 8109